

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

BAHIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia - CNPJ: 34.432.153/0001-20

@bahiagasoficial

www.bahiagas.com.br



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, concessionária estadual de distribuição de gás natural canalizado, traz a público o Relatório da Administração 2025. O documento tem o objetivo de prestar contas à sociedade de forma transparente e responsável, além de demonstrar os principais feitos da Companhia no período.

O ano de 2025, sem dívida, foi especial na história da BAHAGÁS. Trata-se do ano em que a Companhia superou a expressiva marca de 100 mil clientes. Isso significa que um número cada vez maior de baianos está usufruindo dos benefícios do gás natural, o que nos enche de orgulho.

Para obter essa conquista, a BAHAGÁS precisou expandir e, assim, encerrou o ano ultrapassando os 1.350 km de rede de gasodutos construída. Isso permitiu à Companhia alcançar novos usuários do gás natural em diferentes lugares. Um bom exemplo disso foi a conexão dos primeiros clientes residenciais em Camaçari.

Outro destaque de 2025 foi a evolução do Gás Sudoeste, principal empreendimento da BAHAGÁS em andamento e que será o maior duto de distribuição do Nordeste e segundo maior do Brasil, interligando as cidades de Itagibá, Jequié, Maracás e Brumado. Em 2025, concluímos a construção da rede estruturada de Jequié e chegamos à fase final de testes de tubulação dos primeiro e segundo trechos.

A interiorização do GNV também ganhou força em 2025. Durante o ano, ocorreu o lançamento do Programa de Incentivo ao GNV em Itabuna, Ilhéus e entorno, além da liderança da BAHAGÁS no lançamento do Programa GNV do Nordeste – Corredores Sustentáveis, que prevê a implantação de infraestrutura nas BRs 101 e 116.

Foi ainda significativo o retorno da operação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA). Na ocasião, a BAHAGÁS e a Petrobras assinaram contrato para movimentação de gás canalizado para a unidade, com previsão de fornecimento de 1,2 milhão de m³/dia de gás e vigência de cinco anos. A volta da Fafen-BA contribuiu para a recuperação da produção nacional de insumos estratégicos para o agronegócio.

No campo tecnológico, a BAHAGÁS promoveu inovações que otimizaram processos. Foram criados pela Companhia o sistema HubGás, ferramenta de inteligência para apoio à gestão e programação dos contratos de suprimento e a Plataforma Eletrônica de Gás (PEG), voltada à negociação de gás excedente de curto prazo no mercado cativo.

Para além dos projetos relacionados à distribuição de gás natural, a BAHAGÁS voltou seus esforços também para a sua responsabilidade socioambiental por meio de projetos como o Cresce com a Gente. A Companhia atuou em diferentes comunidades localizadas no entorno dos seus gasodutos, impactando diretamente mais de mil pessoas por meio de atividades educativas e de conscientização ambiental.

Esse é só um resumo dos acontecimentos que fizeram de 2025 um ano especial para a BAHAGÁS. E em 2026 continuaremos trabalhando pelo desenvolvimento do estado por meio do gás natural, sempre com dedicação, responsabilidade e foco no crescimento sustentável. Assim, seguiremos contribuindo para uma Bahia cada vez melhor para os baianos.

DESEMPENHO COMERCIAL 2025 E PREVISÃO PARA 2026

Em 2025, a BAHAGÁS deu continuidade ao plano de expansão da malha de distribuição, proporcionando uma maior atuação comercial com o atendimento a áreas desprovidas de gás natural. A Companhia atingiu a marca de mais de 1.350 km de rede de gasodutos construída, distribuindo o energético para diferentes segmentos de mercado, em diversos municípios do estado, entre os quais Lauro de Freitas, Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Itabuna e Santo Amaro.

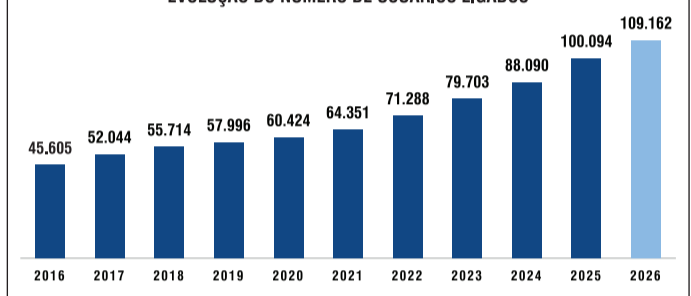
Crescimento de Usuários

O número de usuários interligados à rede de distribuição da BAHAGÁS, em 2025, ultrapassou a marca dos 100 mil, o que corresponde a um crescimento de cerca de 12% em relação ao resultado alcançado no ano anterior. Desse total de usuários, mais de 95% correspondem a clientes residenciais.

A BAHAGÁS conectou novos usuários dos segmentos residencial e comercial em Salvador, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Feira de Santana e Itabuna, consolidando a sua participação no mercado urbano desses municípios. Outro importante feito da Companhia em 2025 foi a conexão dos primeiros clientes residenciais no município de Camaçari.

Em 2026, a BAHAGÁS busca atingir a marca de 109 mil clientes, trabalhando para interligar mais de 9 mil unidades consumidoras. A Companhia vai lidar os 9 mil clientes e fará estudos de mercado para anos seguintes. A evolução do número de unidades ligadas pela Companhia nos últimos dez anos e a previsão para 2026 podem ser visualizadas no gráfico a seguir:

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE USUÁRIOS LIGADOS

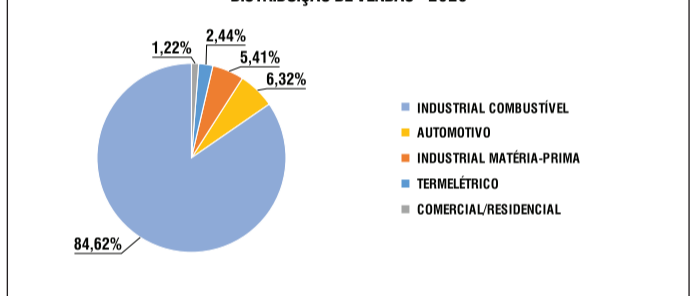


Evolução das Vendas

Em 2025, a BAHAGÁS atingiu o volume total de gás distribuído de 2,2 bilhões de m³/ano, o que equivale a uma média diária de cerca de 4,6 milhões de m³/dia. Isso corresponde a uma redução aproximada de 5% em relação ao total distribuído e movimentado em 2024. Essa redução teve como principais fatores o pouco acionamento/despacho da Termobahia, reflexo da parada da operação da Unidade de Fertilizantes operada pela Urilgel, cujas operações foram retomadas entre dezembro e novembro de 2025.

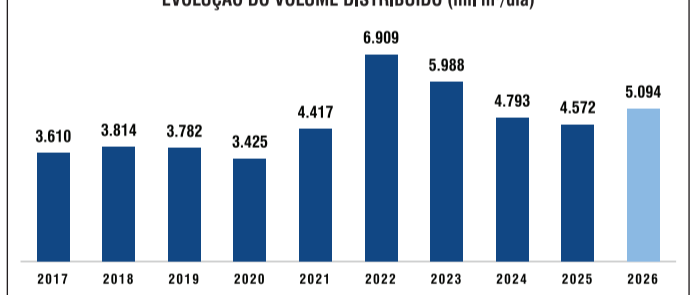
A distribuição das vendas anuais de 2025, dentre os diversos segmentos atendidos pela Companhia, pode ser visualizada no gráfico que segue:

DISTRIBUIÇÃO DE VENDAS - 2025



Para 2026, a projeção de distribuição de gás está na ordem de 5 milhões m³/dia. A seguir, apresentamos a evolução da distribuição no período de 2017 a 2025, juntamente com a previsão para 2026.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DISTRIBUÍDO (mil m³/dia)



SUPRIMENTO DE GÁS

Apesar de 2025, a BAHAGÁS atuou no mercado spot, otimizando o custo de aquisição de gás natural e expandiu significativamente seu portfólio de suprimentos e contratos de suprimento. A Companhia passou a contar com 12 suprimentos e 15 contratos ativos, sendo 11 firmes e 4 no mercado spot. Somaram-se à carteira os novos suprimentos Eneva, Gnlinc e Mix Comercializadora, que se juntam a um conjunto robusto composto por alguns dos principais players do setor: Petrobras, Shell, Equinor, Galp, Origen, Alvo Petro, PetroReconcavo, Brava Energia e CDGN.

Com o encerramento de importantes contratos de fornecimento ao final do ano, a BAHAGÁS lançou uma Chamada Pública para contratação de Gás Firme a partir de 2026, aproveitando janelas de negociação mais favoráveis e contribuindo para a redução das tarifas.

A Companhia permanece engajada na avaliação da aquisição de gases renováveis, analisando as propostas recebidas por meio da Chamada Pública de Biometano, que foi reaberta em 2025 e se encontra na fase de avaliação das propostas recebidas.

Avançando no processo de interiorização, a Companhia contratou o fornecimento de gás para a Rede Local de Vitória da Conquista, com operação a ser iniciada ainda este ano.

Em maio do ano passado, a BAHAGÁS lançou a primeira fase do HubGás, uma solução de inteligência analítica projetada para a gestão estratégica de volumes e programação de gás natural. Já em novembro, estreou como comercializadora de gás ao realizar a primeira venda para um cliente fora de sua área de concessão. Esse marco expande a atuação geográfica da Companhia e permite uma gestão mais eficiente de seu portfólio de suprimento.

A Companhia também segue comprometida em impulsionar a produção de gás natural na Bahia, apoiando iniciativas voltadas à criação e ao fortalecimento da infraestrutura de escoamento e processamento. Esse esforço promove o desenvolvimento econômico e contribui para a geração de emprego e renda em todo o estado.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 evidenciam os resultados alcançados pela Companhia, com destaque para a evolução positiva do EBITDA, refletindo ganhos de eficiência operacional no período.

Por outro lado, observou-se um aumento dos custos operacionais, assim como uma redução do resultado financeiro, que exerceram influência sobre a retração do lucro líquido no comparativo com o exercício anterior.

1) Receita Bruta Operacional

A receita operacional bruta, no exercício de 2025, alcançou o montante de R\$ 3,68 bilhões, representando uma redução de 4,5% em relação ao faturado no exercício anterior (R\$ 3,85 bilhões). Os números apresentados são justificados pela redução do volume distribuído para o Mercado Cativo (-6,1%) e movimentado para o Mercado Livre (-0,5%), quando comparados com o ano de 2024.

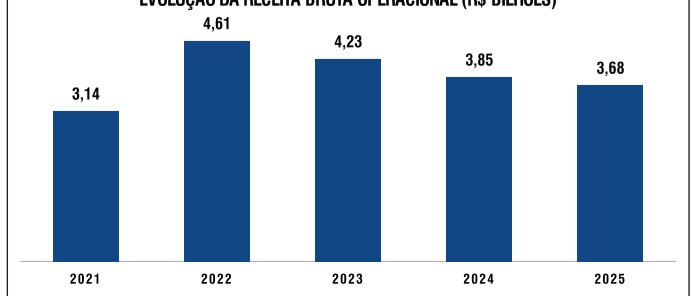
A retração do volume movimentado para o Mercado Livre ocorreu devido à diminuição em 66% da movimentação no segmento termelétrico em função do consumo não contínuo ao longo do ano, algo característico desse segmento. Por outro lado, essa redução foi suavizada pelo aumento da movimentação em 21% no segmento industrial – subsegmento refinaria. Além disso, contribuiu para a mitigação dessa queda a migração parcial da Braskem para o segmento industrial – subsegmento combustíveis do Mercado Livre, sendo o primeiro consumidor nesse segmento desde a abertura do mercado.

Já a redução observada no volume distribuído para o Mercado Cativo é decorrente dos desempenhos inferiores no segmento industrial – subsegmentos combustíveis e matéria-prima, segmento comercial – subsegmento cogeração, e segmento automotivo – subsegmentos GNV e GNC.

Contudo, destacam-se os aumentos, embora não expressivos, nos volumes distribuídos para o segmento comercial – subsegmento combustíveis, e segmento residencial, que ajudaram a atenuar os efeitos negativos no volume distribuído para o Mercado Cativo em 2025. Por fim, vale ressaltar que a redução observada no segmento industrial – subsegmento combustíveis foi em parte justificada pela migração parcial do consumo da Braskem para o Mercado Livre.

No gráfico a seguir, é demonstrada a evolução da receita bruta operacional da Companhia no período 2021-2025:

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA OPERACIONAL (R\$ BILHÕES)

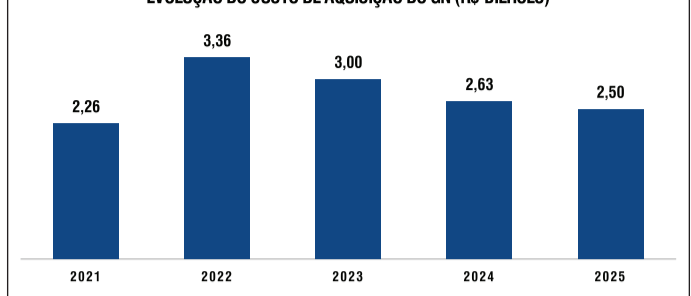


2) Custo de Aquisição do Gás Natural

Em 2025, o custo de aquisição do gás natural alcançou o montante de R\$ 2,50 bilhões, valor 5,2% inferior ao realizado em 2024 (R\$ 2,63 bilhões). Essa redução é motivada pelo mesmo fator que impactou a Receita Bruta Operacional, isto é, a redução do volume distribuído para o Mercado Cativo.

A evolução do custo de aquisição do gás natural no período 2021-2025 pode ser visualizada no gráfico a seguir:

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GN (R\$ BILHÕES)



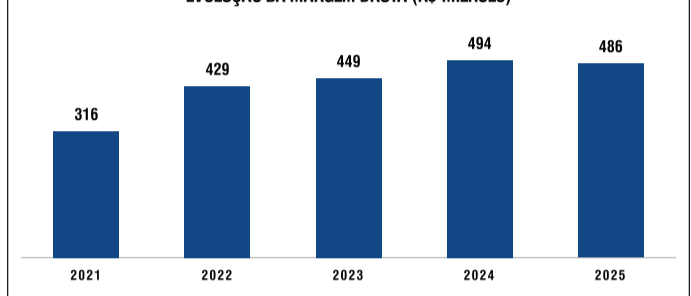
3) Margem Bruta

A margem bruta da BAHAGÁS, em 2025, atingiu o montante de R\$ 486 milhões, representando uma redução de 1,5% em relação à margem de 2024 (R\$ 494 milhões). Tal variação é justificada, principalmente, pela redução do volume, majoritariamente do Mercado Cativo, observada no ano de 2025. O processo de reajuste da margem em 2025 foi um pouco mais longo que o observado em 2024, culminando na sua homologação no mês de agosto. Em 2024, o reajuste ocorreu em junho.

Cabe reforçar que as margens homologadas pela agência reguladora e praticadas pela Companhia estão alinhadas com as regras estabelecidas no contrato de concessão.

A evolução da margem bruta no período 2021-2025 pode ser visualizada no gráfico a seguir:

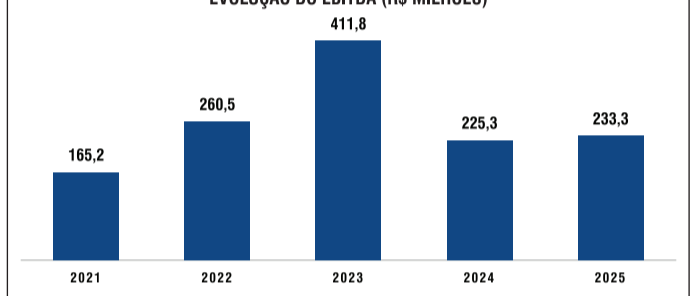
EVOLUÇÃO DA MARGEM BRUTA (R\$ MILHÕES)



4) EBITDA

O EBITDA (lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização) atingiu, no exercício de 2025, o montante de R\$ 233,3 milhões, representando um crescimento de 4% em relação a 2024, quando totalizou R\$ 225,3 milhões. O aumento observado decorre do desempenho superior das outras receitas operacionais em relação às outras despesas operacionais, justificado pela não recorrência do provisionamento contábil de contingências civis registrado no exercício anterior, o que impactou positivamente o resultado operacional de 2025.

EVOLUÇÃO DO EBITDA (R\$ MILHÕES)



5) Lucro Líquido do Exercício

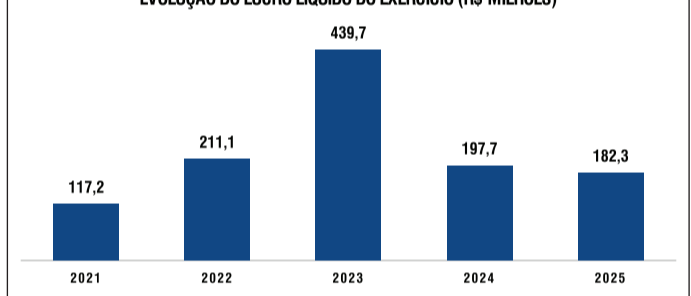
Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 182,3 milhões, representando uma redução de 8% em relação a 2024, quando o resultado totalizou R\$ 197,7 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas operacionais e da redução do resultado financeiro, reflexo da elevação das despesas com juros associadas às novas dívidas contratadas para viabilizar o Plano de Investimentos da Companhia.

Por outro lado, o desempenho superior das outras receitas operacionais, em relação às outras despesas operacionais, atuou como fator mitigador, contribuindo positivamente para o resultado do período.

Destaca-se ainda que R\$ 17,6 milhões do lucro líquido apurado decorrem do benefício fiscal da Sudene, o que reforça a capacidade de investimento da Companhia e contribui para a sustentabilidade de sua estratégia de crescimento no longo prazo.

A evolução do lucro líquido no período 2021 a 2025 pode ser visualizada no gráfico abaixo:

EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (R\$ MILHÕES)



6) Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 169 milhões, representando uma redução de 51% em relação ao exercício de 2024, quando o saldo totalizou R\$ 343,9 milhões.

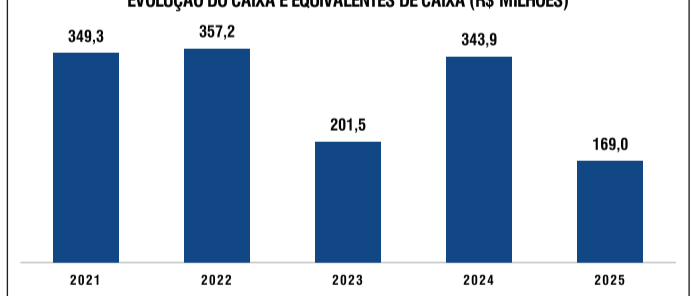
O maior desembolso com distribuição de lucros aos acionistas, líquido de impostos, no valor de R\$ 133,7 milhões em 2025 (ante R\$ 111,7 milhões em 2024), contribuiu para a redução do caixa do exercício. Outro fator relevante para a diminuição do saldo de caixa foi o aumento das despesas financeiras no valor de R\$ 33,2 milhões (ante R\$ 6,6 milhões em 2024), em decorrência dos pagamentos semestrais dos juros das debêntures emitidas em 2024.

Além disso, observou-se em 2025 um aumento das saídas de caixa relacionadas a investimentos, que totalizaram R\$ 229,7 milhões, montante 6% superior ao realizado em 2024 (R\$ 216,7 milhões).

Com o objetivo de dar suporte ao Plano de Investimentos da Companhia, em 2025 foi realizada a primeira emissão de Notas Comerciais Privadas, com a liquidação da operação no mês de agosto do mesmo ano, possibilitando a captação de R\$ 100 milhões. O contínuo aumento dos desembolsos com investimentos, observado nos últimos anos reforça a relevância estratégica das captações de recursos de terceiros implementadas.

A evolução do caixa e equivalentes de caixa no período de 2021 a 2025 pode ser observada no gráfico a seguir:

EVOLUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ MILHÕES)



INVESTIMENTOS REALIZADOS

Em 2025, a BAHAGÁS investiu o total de R\$ 205,63 milhões. Esse valor resultou em 93% do total de R\$222,08 milhões inicialmente previstos para o ano. A malha de dutos da companhia cresceu 44,69 km, permitindo que a BAHAGÁS alcançasse a marca dos 1.358,69 km de rede.

Entre os investimentos que merecem destaque estão os valores aplicados no sudoeste do estado, da ordem de R\$ 72,10 milhões, para a realização das obras do Gás Sudoeste, empreendimento dividido em três trechos que interligam as cidades entre Itagibá e Brumado, incluindo Jequié e Maracás. Em 2025, os destaques foram:

- Conclusão da rede estruturada de Jequié;
- Avanço das obras da Estação de Distribuição (ED) de Brumado e dos ramais de atendimento às mineradoras, com previsão para conclusão no primeiro semestre de 2026;
- Fase final e teste da tubulação do primeiro trecho (interligando a Estação de Transferência de Custódia (ETC) Itagibá, seguindo por Alaquara até o Trecho II em Jequié) e do segundo trecho (segundo de Jequié, passando por Lafaiete Coutinho, até Maracás).

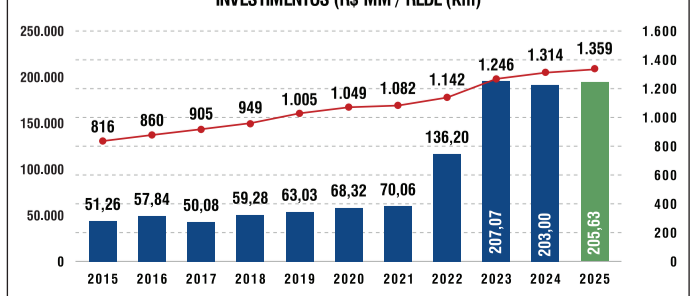
A BAHAGÁS também destinou investimentos da ordem de R\$ 53,88 milhões, com 23,67 km de rede construída para a expansão em Salvador e Região Metropolitana, com destaque para a interligação das malhas de Camaçari e Lauro de Freitas, através da BA 099 e Estrada do Coco, proporcionando uma maior flexibilidade operacional. Nos segmentos industrial e automotivo, a Companhia investiu cerca de R\$ 4,27 milhões para a ligação de novos usuários nos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Feira de Santana, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista, permitindo o atendimento a quatro novos usuários automotivos e mais seis industriais em 2025.

Outro destaque foi a execução das obras de expansão em Pojuca e Mata de São João, com a interligação das malhas de Catu e Camaçari, através da BA 093. Houve também a interligação entre a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e a ETC Catu, totalizando 22,57 Km. Além disso, houve ampliação da capacidade da ETC Catu e construção da Estação de Regulação de Pressão (ERP) Mata de São João, representando um investimento de R\$ 114,30 milhões que proporcionou maior flexibilidade operacional.

Com relação ao atendimento através de redes locais, também se destaca a execução de obras em Vitória da Conquista, com investimentos da ordem de R\$ 6,44 milhões e 7,05 Km executados, além das obras em andamento da ETC Vitória da Conquista.

Abaixo, gráfico com a evolução dos investimentos e extensão da rede da BAHAGÁS no período 2015-2025:

INVESTIMENTOS (R\$ MM) / REDE (Km)

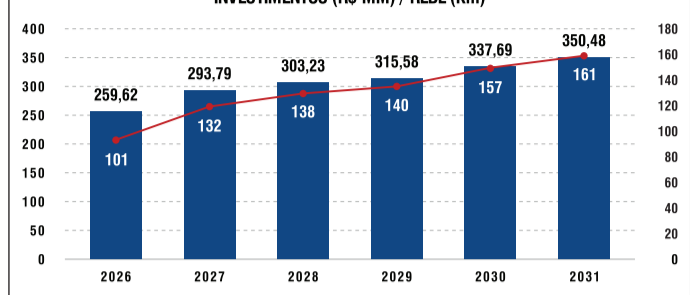


PERSPECTIVAS 2026-2030

O Plano Plurianual de Investimentos da BAHAGÁS (2026-2031) prevê a aplicação de R\$ 860,40 milhões em investimentos nos próximos cinco anos, com expansão da infraestrutura de distribuição de gás; desenvolvimento de redes locais; desenvolvimento de oportunidades de negócios para atendimento a novos usuários; viabilização de novas oportunidades de negócios a partir da contratação de novos suprimentos; modernização e ampliação das instalações da Companhia; projetos de melhorias; e atuação na nova dinâmica de mercado – regulação de Autoprodutor, Autoimportador e Consumidor Livre.

A tabela abaixo apresenta o planejamento dos investimentos e da ampliação da extensão da rede de distribuição da BAHAGÁS no período 2025-2029.

INVESTIMENTOS (R\$ MM) / REDE (Km)



INVESTIMENTO (R\$ MM)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL PI
INVESTIMENTO (R\$ MM)	259,62	293,79	303,23	315,58	337,69	350,48	1.860,40
EXTENSÃO (KM)	101	132	138	140	157	161	830

No período 2026-2031, deverão ser implantados 830 km de rede de distribuição, que, somados ao que já está implantado, levarão a Companhia a um total aproximado de 2.189 km de rede construída em 2031.

Entre os principais pontos que nortearam a elaboração do Plano de Investimentos 2026-2031 destacam-se: i) a massificação e interiorização do uso do gás natural; ii) os estudos para a implantação de redes urbanas em novos municípios; iii) e o atendimento a novas áreas industriais.

Investimentos 2026

A proposta orçamentária da BAHAGÁS para 2026 prevê a ligação de 9.103 unidades consumidoras e a construção de quase 101 km de rede de duto de distribuição, com investimentos de aproximadamente R\$ 259,62 milhões. O principal destaque no orçamento de investimentos 2026 continua sendo o Programa Sudoeste, que apresenta extensão total aproximada de 384 km e investimentos estimados em R\$ 831 milhões.

O foco no Sudoeste, em 2026, será a conclusão das obras do terceiro trecho (Maracás-Brumado), da rede infraestrutura e da ED em Brumado. Dessa forma, será possível realizar a distribuição de gás natural e atender às mineradoras da região. O investimento totaliza R\$ 109,98 milhões, representando 41,28% das aplicações previstas para o ano.

Outros importantes empreendimentos que estarão em execução em 2026 são as redes urbanas de Ilhéus e de Itabuna, com o objetivo de densificar a distribuição nesses municípios e expandir o fornecimento de gás aos segmentos automotivo, residencial e comercial. A previsão de investimento para alcançar essa meta em 2026 é de R\$ 42 milhões, correspondendo a 17,8% dos investimentos do ano.

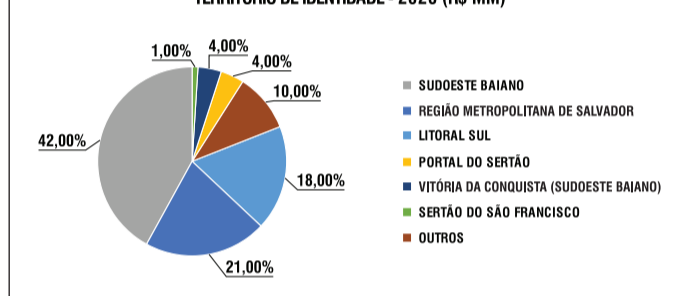
Além disso, a BAHAGÁS continua concentrando esforços no adensamento das redes existentes, com previsão de alocação de 14,66% (R\$ 38,04 milhões) dos investimentos orçados para 2026, garantindo a eficiência da infraestrutura já implantada. Os investimentos de natureza administrativa, além de investimentos na área de Tecnologia da Informação (TI), foram estimados em R\$ 26,32 milhões e são responsáveis por 10,14% dos investimentos orçados.

O Plano de Investimentos 2026 também evidencia aplicações da ordem de R\$ 40 milhões, representando 16% do orçado. O recurso tem o objetivo de aumentar o quantitativo de ligações de usuários, visando o aumento da receita e da disponibilidade de atendimento da Companhia.

A BAHAGÁS ainda prevê investimentos em melhorias operacionais com a finalidade de garantir a segurança do fornecimento de gás natural. Também pretende investir na elaboração de projetos básicos a fim de garantir a ampliação de seu portfólio. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 7 milhões, representando 3% do Plano 2026.

Considerando a divisão territorial da Bahia, em 2026 a BAHAGÁS pretende investir R\$ 259,62 milhões e implantar 101 km de dutos, conforme ilustra a figura a seguir:

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE - 2026 (R\$ MM)



SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

Em 2025, a Companhia permaneceu diversificando ações para a melhoria contínua do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI). Entre elas, merece destaque a revisão das normas de Gestão de Anomalia.

O ano de 2025 também foi de maturação da Gestão de Riscos. Em cumprimento à Política e ao Manual de Gestão de Riscos, aprovados pelo Conselho de Administração (CONSAD) e pela Diretoria Executiva (DIREX), respectivamente, todas as gerências da BAHAGÁS revisaram seus Planos de Tratamento de Riscos (PTR), com o objetivo de garantir a segurança operacional.

Em 2025 deu-se continuidade às trimestrais Reuniões de Análise Crítica (RAC) para discutir o avanço nos indicadores Estratégicos da Companhia. Ainda foi concebido o PTR Estratégico, fruto da análise Swot do Planejamento Estratégico 2026-2030, a ser implementado em 2026.

PLANO DE NEGÓCIOS E ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

Com o objetivo de promover maior segurança e assertividade às estratégias corporativas de longo prazo, através do diagnóstico situacional e implementação de possíveis melhorias ao processo, a BAHAGÁS contratou uma consultoria para análise e avaliação da metodologia aplicada à elaboração do Plano de Negócios e Estratégia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

BAHIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia - CNPJ: 34.432.153/0001-20

@bahiagasoficial

www.bahiagas.com.br



Em 2025, foram investidos aproximadamente R\$ 18,5 milhões em patrocínios. Parte significativa desse montante foi destinada ao Carnaval, uma das mais relevantes manifestações culturais da Bahia, com apoio a 98 projetos, incluindo ações na capital e no interior do estado, incluindo o período de pré-carnaval. Em Salvador, destacam-se iniciativas como a Noite da Beleza Negra do Iê Ayê, o Tio Elétrico Armandinho e Irmãos Macedo, o afofo Filhos de Gandhy, o Cortejo Afro, o bloco Alerta Geral e o bloco infantil Ibeji. No interior, receberam patrocínio eventos como o Conquista Folia, em Vitória da Conquista; e a Lavagem do Beco do Fuxico, em Itabuna, entre outros.

O esporte, reconhecido como ferramenta de transformação social, também integrou o portfólio de patrocínios da Companhia em 2025, com apoio aos atletas Marcos William (caratê), Alison Bortim (taekwondo), Igor Noqueira (ju-jitsu), Eduarda Jorge (maratonas aquáticas) e Celine Bispo, Mateus Boaventura e Eduardo Mustafá (natação).

Entre outros projetos relevantes patrocinados pela BAHIAGÁS, destacam-se a Corrida Colorida do Hospital Martagão Gesteira, voltada à captação de recursos para a manutenção das atividades do único hospital filantrópico exclusivamente pediátrico de Salvador e Região Metropolitana; o Bahia Oil & Gas Energy, evento internacional de referência nos setores de petróleo, gás e transição energética; a ConstruNordeste, voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva da construção civil; além do apoio a feiras literárias, como a Bienal do Livro Bahia, a Flipêlo e a Flica. A Companhia patrocinou ainda da Expositram, um dos maiores eventos de mineração da América Latina.

Como reconhecimento a esse conjunto de ações, a BAHIAGÁS foi homenageada em dois momentos distintos pelo Hospital Martagão Gesteira. Em janeiro de 2025, a Companhia recebeu um quadro simbólico em agradecimento ao patrocínio dos projetos Jantar do Bem e Corrida Colorida. Já em outubro, foi novamente homenageada durante a terceira edição do Encontro Parceiros do Coração, em reconhecimento ao apoio contínuo às iniciativas da instituição.

SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

SAÚDE OCUPACIONAL

Programa VivaMente

O Programa VivaMente foi desenvolvido com o objetivo de promover o bem-estar psicossocial dos colaboradores e contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável. A atuação integrada das áreas reforçou o compromisso da Companhia com a adoção de práticas alinhadas às diretrizes da NR-1, no que se refere à prevenção e ao manejo de riscos psicossociais.

Campanha de imunização contra influenza

Anualmente, a BAHIAGÁS realiza a Campanha de Vacinação contra a Influenza em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi). Em 2025, foram imunizadas 590 pessoas, abrangendo colaboradores próprios e seus dependentes, além de empregados de empresas prestadoras de serviços, em todas as unidades da Companhia.

SEGURANÇA DO TRABALHO

Gestão de Riscos de Terceiros (Third-Party Risk Management)

Durante o ano de 2025, a Companhia ampliou para 49 o total de contratos acompanhados por sua gestão de riscos de terceiros. Esse programa visa mitigar riscos associados a fornecedores, particularmente relacionados a mão de obra, por meio de análises documentais realizadas de forma padronizada por empresas especializadas.

O escopo foi expandido para incluir análises de informações trabalhistas e previdenciárias, além das relacionadas à saúde e segurança no trabalho. As não conformidades identificadas são prontamente apontadas e tratadas, fortalecendo a mitigação de riscos em todas as frentes monitoradas.

Exercícios Simulados

Como parte do cronograma de simulados de emergência, a BAHIAGÁS conduziu exercícios nos municípios de Itabuna e Feira de Santana ao longo de 2025. Além disso, em dezembro, a Companhia coordenou o simulado da Dutovia, infraestrutura que conecta o Polo Industrial de Camaçari, o Porto de Aratu e a Refinaria, em Madre de Deus. O exercício foi realizado na comunidade de Vila Esperança, em Candeias.

Participaram desses simulados órgãos como Corpo de Bombeiros, Samu, Defesa Civil e Polícia Rodoviária, além das equipes de emergência das empresas integrantes da Dutovia.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 2025, a BAHIAGÁS garantiu a gestão contínua de licenças e autorizações ambientais, assegurando a conformidade necessária para a operação de seus ativos e a utilização de empreendimentos estratégicos. Foram obtidas licenças fundamentais para a expansão da rede de distribuição de gás natural na Bahia.

Além disso, a Companhia concluiu o Programa de Monitoramento da Onça Parda nas áreas de influência do Techo 2, reforçando seu compromisso com a proteção da biodiversidade e a mitigação de impactos ambientais.

SOCIOAMBIENTAL

Relacionamento com Comunidades

A atuação socioambiental da BAHIAGÁS avançou em 2025, com destaque para os programas "Cresce com a Gente: Dando um Gás na Comunidade" e Comunicação Social, que impactaram diretamente mais de 1.000 pessoas e fortaleceram os laços institucionais com as comunidades situadas nas áreas de influência da Companhia.

Educação Ambiental

Por meio do Programa de Educação Ambiental (PEA), fundamentado na Lei 9.795/1999, a BAHIAGÁS promoveu avanços importantes em 2025. São eles:

- Formação de Grupos Executores em Nova Itabuna (abril) e Novo Horizonte, Camaçari (maio), para coordenar metas socioambientais alinhadas às características de cada território;
- Ações do Programa Florescer, incluindo a doação de mudas nativas no evento "Conhecer para Preservar" e a ampliação estrutural com a inauguração de um viveiro de mudas na unidade da BAHIAGÁS em Camaçari.

No final de 2025, a BAHIAGÁS proporcionou ainda a inauguração de uma horta orgânica e de um parque infantil com pneus reciclados, ao Grupo Escolar Raimundo Jerônimo Machado, em Itabuna.

Programa de Gestão de Emissões Atmosféricas (Progea)

Em 2025, o Progea consolidou avanços no controle e registro das emissões atmosféricas. O plano de ação implementado preparou a Companhia para registrar 100% das fontes de emissões em 2025. Os dados obtidos evidenciam a eficácia do programa, com registros de emissões alinhados à média dos últimos cinco anos.

A BAHIAGÁS deu continuidade à participação na iniciativa **Carbon Disclosure Project (CDP)** para os temas de mudanças climáticas e segurança hídrica, posicionando-se alinhada à média global da América Latina e reforçando seu compromisso ambiental.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A BAHIAGÁS dispõe de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) composta por um conjunto de sistemas necessários para auxiliar a tomada de decisão em todas as esferas da Companhia, com a máxima eficiência e segurança, investindo em 2025, o montante de, aproximadamente, R\$ 16,2 milhões. Dentre elas iniciativas que buscarão dar mais segurança ao negócio e operações, além de mais agilidade e controle para a Companhia, na realização de diversos projetos que dão suporte à sua gestão e ao seu processo de expansão.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia reafirma seu compromisso com a adoção de boas práticas de governança, assegurando uma gestão orientada ao alcance dos resultados esperados pelas partes interessadas e ao aprimoramento contínuo de sua estrutura organizacional, em consonância com os princípios da Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização, Sustentabilidade, Compliance e Gestão de Riscos. Suas práticas observam a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e os Decretos Estaduais nº 18.470/2018 e nº 18.471/2018, que regulamentam a governança e a gestão das empresas estatais do Estado da Bahia.

Em 2025, a BAHIAGÁS manteve-se alinhada às exigências da Lei nº 13.303/2016 e, por meio do Comitê Estatutário de Elegibilidade, promoveu a realização da Avaliação Anual dos Administradores e membros do

Comitê de Auditoria Estatutário e o Treinamento Anual em Governança para Administradores, instrumentos relevantes para o alinhamento dos agentes de governança ao propósito e às estratégias da Companhia.

Além disso, foram realizadas ações de disseminação e internalização do Código de Conduta e Integridade, conduzidas pelo Comitê de Ética. No mesmo sentido, a Companhia preservou seu compromisso com a transparência, assegurando a divulgação das informações exigidas pela legislação, como dados relativos a licitações, contratos, auditorias e desempenho institucional.

Além disso, a BAHIAGÁS lançou seu segundo Relatório de Sustentabilidade, reforçando a transparência e a responsabilidade socioambiental. O documento evidenciou iniciativas relevantes, como a realização do primeiro Censo de Equidade e Diversidade, fundamental para mapear a composição interna e subsidiar a definição de estratégias mais inclusivas. Essa iniciativa refletiu o reconhecimento da Companhia em relação ao seu capital humano e fortalece o alinhamento de suas práticas aos princípios ESG.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas da BAHIAGÁS atua com diretrizes em torno dos temas de carreira, remuneração e benefícios, desenvolvimento de pessoas, clima organizacional e qualidade de vida.

Em 2025, o Programa de Qualidade de Vida, intitulado De Bem com a Vida, manteve sua execução regular, integrando as ações permanentes da Companhia voltadas à promoção do bem-estar dos colaboradores por meio de atividades que contribuem para a saúde física, mental e para a convivência no ambiente de trabalho.

No decorrer de 2025, a BAHIAGÁS admitiu 72 novos empregados por meio de concurso público homologado em 2024, cujo prazo de validade se estendeu até outubro de 2025. O certame observou integralmente as cotas legais destinadas a pessoas negras e a pessoas com deficiência (PcD), nos termos da legislação vigente, contribuindo para a diversidade e representatividade do quadro funcional. O número de admissões refletiu a reposição do quadro de pessoal em função de desligamentos ocorridos em exercícios anteriores e da aprovação de novas vagas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o quadro funcional da Companhia era composto por 303 empregados concursados, 3 diretores e 4 empregadas cedidas de outros órgãos da administração pública. Desse total, 29,35% correspondiam a mulheres e 70,65% a homens. Nas funções de gestão, a composição era de 41,67% de mulheres e 58,33% de homens. Em dezembro de 2025, a Companhia contava ainda com 21 estagiários e 4 jovens aprendizes.

Durante o exercício de 2025, a Companhia manteve a gestão das relações trabalhistas voltada ao acompanhamento de temas relacionados à aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e ao tratamento de demandas pontuais, no contexto da gestão regular de pessoas. Conjuntamente, as iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 reforçam a atuação da Companhia na gestão de pessoas com foco no desenvolvimento, no bem-estar e no alinhamento às estratégias organizacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho de todos que formam a Bahiagás levou a Companhia aos resultados positivos demonstrados. Somos gratos aos acionistas pela confiança destinada à Diretoria, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, aos parceiros comerciais, aos fornecedores que nos prestaram relevantes serviços, aos nossos competentes e dedicados colaboradores, e, claro, aos usuários dos nossos serviços, que nos inspiram a melhorar cada vez mais. Agradecemos ainda aos órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que, de alguma forma, contribuíram para que, em 2025, a Bahiagás concluisse com êxito mais um ciclo de muito trabalho.

Salvador, 19 de fevereiro de 2026.

LUIZ R. BARREIROS GAVAZZA

DIRETOR-PRESIDENTE

LARISSA KARINA STELTANO GONSAVES OLIVEIRA

DIRETORA TEC. E COMERCIAL

VITOR HILL DE OLIVEIRA ALVES PESSOA

DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	169.017	343.908
Contas a receber de clientes	5	194.433	200.121
Estoques	7	6.542	5.748
Tributos a recuperar	8	45.386	52.088
Despesas pagas antecipadamente		1.732	1.939
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	10.281	24.342
Ativos Regulatórios	19	-	1.930
Outros ativos		5.419	1.155
TOTAL DO CIRCULANTE		432.810	631.231
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Contas a receber de clientes	5	9.748	-
Depósitos vinculados	6	386	7.564
Tributos a recuperar	8	418.940	374.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	9.013	28.435
Depósitos judiciais	10	17.523	17.226
Imobilizado	11	2.263	6.160
Intangível	11	1.042.203	835.801
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.500.076	1.269.744
TOTAL DO ATIVO		1.932.886	1.900.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024
RECEITAS LÍQUIDAS - VENDAS DE GÁS E SERVIÇOS	20 (a)	2.983.875	3.128.385
RECEITA DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)	20 (b)	191.886	187.017
		3.175.741	3.315.402
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(2.627.808)	(2.756.193)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)	20 (b)	(191.866)	(187.017)
		(2.819.674)	(2.943.210)
LUCRO BRUTO		356.067	372.192
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	21	(23.948)	(20.732)
Despesas gerais e administrativas	21	(183.293)	(164.034)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	30.120	(18.410)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		178.316	169.016
Receitas financeiras	23	62.002	59.952
Despesas financeiras	23	(36.934)	(7.175)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		203.384	221.793
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24		
Corrente		(19.278)	(89.608)
Diferido		(19.422)	31.892
Incentivo Fiscal Sudene	18	17.657	33.604
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		182.341	197.681
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL	3	6,69	7,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA INCENTIVO FISCAIS	RESERVA ESPECIAL	RESERVA RETENÇÃO	LUCROS ACUMULADOS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		541.413	108.283	69.244	19.960	-	-	271.378	1.010.278
Aumento de capital - 01 de Abril 2024		2.245	-	(2.245)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 05 de Agosto 2024		64.828	-	(64.828)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	50.000	201.038	-	(271.378)	(20.340)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	197.681	-	197.681
Destinação do lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivos fiscais		-	-	33.604	-	-	(33.604)	-	-
Ajuste reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	9.884	-	-	-	(9.884)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,03 por Ação)		-	-	-	-	-	(104.438)	104.438	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,92) por Ação)		-	-	-	-	-	(49.755)	-	(49.755)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		608.486	118.167	35.775	69.960	201.038	-	104.438	1.137.864
Aumento de capital - 21 de Outubro 2025		31.702	-	(31.702)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	17.426	-	(17.426)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	182.341	-	182.341
Destinação do lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivos fiscais		-	-	17.657	-	-	(17.657)	-	-
Ajuste reserva de incentivos fiscais		-	-	1	-	(1)	-	-	-
Reserva legal		-	9.117	-	-	-	(9.117)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 2,61) por Ação)		-	-	-	-	-	(71.164)	(15.848)	(87.012)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 3,10) por Ação)		-	-	-	-	-	(84.403)	-	(84.403)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		640.188	127.284	21.731	69.960	218.463	-	71.164	1.148.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	NOTA EXPLICATIVA	2025	%	2024	%
1 - RECEITAS		3.885.913		4.091.213	
1.1. Vendas de produtos	20	3.649.907		3.848.094	
1.2. (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.433)		33	
1.3. Outras receitas operacionais		237.439		243.086	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(3.420.125)		(3.578.748)	
2.1. Outros custos de produtos vendidos		(3.086.391)		(3.215.011)	
2.2. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(333.734)		(363.737)	
3 - RETENÇÕES		(55.040)		(56.435)	
3.1. Amortização		(55.040)		(56.435)	
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		410.748		456.030	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		62.002		59.952	
5.1. Receitas financeiras		62.002		59.952	
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		472.750		515.982	
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		472.750	100	515.982	100
7.1. Pessoal					
Remuneração direta		70.855	15	65.981	13
FGTS		3.870	1	3.342	1
Benefícios		23.398	5	20.853	4
7.2. Impostos taxas e contribuições					
Federais		74.613	16	87.609	17
Estaduais		73.567	16	126.709	25
Municipais		2.519	1	2.386	0
7.3. Remuneração de capital de terceiros					
Juros		36.934	8	7.175	1
Aluguéis		4.653	1	4.246	1
7.4. Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre capital próprio		84.403	18	49.755	10
Dividendos		-	-	-	-
Lucros retidos		97.938	21	147.926	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás é uma sociedade de economia mista, constituída em 26 de fevereiro de 1991, com sede na cidade de Salvador, tem como objeto social a aquisição, comercialização, transporte, distribuição de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e armazenamento de gás, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, os desenvolvimentos econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do Estado.

A Companhia é concessionária exclusiva, pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis, da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Bahia, contados a partir da publicação do Decreto Estadual nº 4.401 de 12 de março de 1991, conforme contrato de regulamentação da concessão para exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado da Bahia, datado de 06 de dezembro de 1993.

As atividades da Companhia ocorrerão a reversão ao Poder Concedente dos bens e instalações, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no Contrato de Regulamentação da Concessão.

Por iniciativa do Poder Legislativo Estadual, foi publicada a Lei nº 13.813, de 21 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar duas novas empresas de economia mista para prestação de serviços de distribuição de gás canalizado, dividindo o Estado da Bahia em três áreas geográficas. Até a emissão das presentes demonstrações financeiras, os termos da concessão outorgada à Companhia permanecem inalterados e nenhuma iniciativa formal adicional foi adotada pelo Poder Executivo com respeito à criação das novas empresas.

CONTINUAÇÃO

• O Plano de Negócios e de Estratégia de Longo Prazo com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, conforme Art. 23 da Lei 13.303/2016, Parágrafos Primeiro e Segundo, vem sendo apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração e a análise do atendimento às metas é devidamente encaminhada à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

• Práticas de gerenciamento de riscos, de controles internos e monitoramento na Companhia seguem em constante aprimoramento, inclusive através do apoio e suporte técnico executado pela Gerência de Auditoria Interna da Bahiagás, em funcionamento desde 2018, além da criação, em 2020, do Comitê de Gestão de Riscos, ambos em atividade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

BAHIAGÁS – Companhia de Gás da Bahia – CNPJ: 34.432.153/0001-20



@bahiagasoficial

www.bahiagas.com.br

c) Depósitos vinculados

Referem-se a valores depositados em conta corrente vinculados a incentivos fiscais cuja a movimentação é autorizada pela instituição responsável pela aprovação dos referidos incentivos.

d) Contas a receber de clientes

Referem-se a créditos junto a clientes decorrentes de comercialização e distribuição de gás canalizado e serviços correlatos. A estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para fazer frente às perdas esperadas na realização das contas a receber.

e) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) destinados à manutenção operacional e classificados no ativo intangível destinados à construção de infraestrutura de distribuição, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas quando aplicável.

f) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível compreendem o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pela Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 (R2) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 (R1) e OCPC 05 Contrato de Concessão, que estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, conforme Nota nº 11 às demonstrações financeiras.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam utilizados pela Companhia, os quais correspondem à metodologia de remuneração prevista para o cálculo da tarifa conforme Contrato de Concessão.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente recuperado ou baixado, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços objeto da concessão.

Extinta a concessão, todos os ativos de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores conforme contrato de concessão.

O valor recuperável do ativo intangível, é revisado para identificar perdas por impairment sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

i) CPC 06 R2 Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento da Companhia e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da Norma, a Companhia reconheceu em seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento – em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudaram em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que são reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada.

Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades foram mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

j) Provisões para contingências

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa nº 16.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 19/12/2019, a Companhia obteve, por meio do Laudo Constitutivo nº 0174/2019 da Sudene, a renovação por mais 10 anos do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com previsão de término em 31/12/2028.

Em 29/12/2022, o benefício Sudene foi ampliado para a atividade de serviço de movimentação de gás, por meio do Laudo Constitutivo nº 0356/2022, com previsão de término em 31/12/2032.

A partir de 01 de janeiro 2012, a Companhia iniciou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos, instituído pela Lei nº 5.508/68, regulamentado pela Instrução Normativa SRF nº 267/02, mediante o depósito de 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento).

l) Apuração do resultado

O resultado do período é apurado pelo regime de competência.

Reconhecimentos de receita de venda de mercadorias e serviços

De acordo com o CPC 47, a receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Companhia e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Reconhecimento da receita de construção

Nos termos dos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para a concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

No caso da construção de infraestrutura para prestação do serviço público de distribuição de gás natural, a receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que não existe margem definida no contrato de concessão e considerando que a Administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de lucro conforme demonstrado na Nota nº 20, letra “b”.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem perdas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

n) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias.

No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	182.341	197.681
Total de ações ordinárias e preferenciais	27.268.587	25.918.268
Lucro / ação em reais (R\$)	6,69	7,63

o) Ativos e Passivos Regulatórios

Desde 2022, a Companhia de Gás da Bahia passou a contar com nove diferentes Supridores de Gás Natural, o que trouxe para o Estado da Bahia um portfólio diferenciado de suprimento. Tal ação veio a reforçar o compromisso da Bahiagás com a modicidade tarifária e a competitividade do Gás Natural. Ademais, um portfólio variado ajuda a mitigar os riscos inerentes à dependência de um único supridor.

A partir de 01/01/2022, como resultado do portfólio de supridores da Bahiagás, a Agência Reguladora homologou a aplicação nas tarifas dos usuários do preço médio ponderado de venda do gás pelos supridores à Concessionária.

De maneira simultânea, foi definido o mecanismo de Conta Gráfica que consiste na sistemática de apuração e de recuperação periódica dos saldos, para mais ou para menos, resultantes das variações entre o Custo de Aquisição Efetivo e a Receita de Venda, considerando os volumes adquiridos e as tarifas homologadas pela AGERBA. Este valor é atualizado mensalmente pela SELIC e acrescido às tarifas para fim de ressarcimento à Concessionária ou aos Usuários (Parcela de Recuperação).

Ao longo de 2025, a apuração do saldo da conta gráfica foi realizada mensalmente pela Concessionária e protocolada na Agência Reguladora, de modo a garantir que a Parcela de Recuperação (positiva ou negativa) fosse temporariamente atribuída às tarifas nas ocasiões dos repasses trimestrais ou extraordinários.

Dessa forma e com base na Norma Contábil – CPC 00 (R2) e na apuração realizada nos termos da Resolução AGERBA Nº 47/2022 (publicada no DOE de 28/12/2022), que disciplinou a aplicação do preço médio ponderado de venda de gás pelos supridores à Concessionária e o mecanismo de recuperação de saldo na conta gráfica, a Companhia entendeu não haver mais incertezas impeditivas para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar, e registrou em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado na conta gráfica de R\$ 4.431, para ressarir ao mercado, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixas e bancos	422	369
Aplicações de liquidez imediata	168.955	343.539
Total	169.077	343.908

Como uma estratégia de diversificação e otimização da rentabilidade, as aplicações financeiras são representadas por Operações Compromissadas, mantendo-se o baixo risco, com o objetivo de evitar o pagamento de IOF nos resgates com prazo inferior a 30 dias, com rentabilidade de 94% do CDI. Foi mantida a aplicação de parte dos recursos disponíveis em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com rentabilidade de, aproximadamente, 100% do CDI, para resgates com prazo superior a 30 dias.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Braskem S/A	22.878	32.444
Oxileno	12.296	12.168
Suzano	10.687	8.013
Dow Brasil	9.681	6.078
Bracell	7.348	9.501
Elekeiroz	8.576	8.355
Refinaria de Mataripe	6.031	12.183
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.375)	(9.041)
Outros	137.059	120.420
Total	204.181	200.121
Ativo Circulante	194.433	200.121
Ativo Não Circulante	9.748	-

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	2025	2024
A vencer	158.846	176.945
Vencidos até 90 dias	14.053	15.016
Vencidos há mais de 90 dias	41.657	17.651
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.375)	(9.041)
Total	204.181	200.121

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2025	2024
Não Circulante	386	7.564
Total	386	7.564

Referem-se a depósitos constituídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, por conta de Incentivos Fiscais de Reinvestimentos – Sudene, calculado sobre o Lucro da Exploração o qual reduz o Imposto de Renda corrente do período, acrescidos 50% de recursos próprios com as devidas atualizações, os quais aguardam a validação da Sudene para liberar seu resgate.

7. ESTOQUES

	2025	2024
Gás Natural	631	676
Suprimentos gerais e de manutenção	5.020	4.189
Almoxarifado	505	250
Odoante	586	633
Poder de Terceiros	-	-
Total	6.542	5.748

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Estimativa de Imposto de renda sobre aplicação financeira	2.642	3.529
ICMS a recuperar	33.234	30.946
CSLL	7.549	793
IRPJ	13.279	1.989
PIS (a)	19.978	19.353
INSS	2	2
COFINS (a)	83.890	86.806
ISS	1	90
Tributos a Recuperar Judicialmente (b)	305.751	283.138
Total	464.326	426.646
Ativo circulante	45.386	52.088
Ativo não circulante	418.940	374.558

Créditos do PIS e da COFINS

	2025	2024
a) A partir de janeiro de 2015, a Companhia, com base nos artigos nº 53 e 55, § 21 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passou a registrar como Tributos a recuperar, os créditos de PIS e COFINS gerados pelas aquisições de materiais e serviços utilizados na construção da rede de gás os quais serão aproveitados para compensação de Tributos a Pagar de PIS e Cofins sobre Vendas e Outras Receitas Operacionais à medida que for sendo amortizado o Ativo Intangível em operação.		
b) Em 28/01/2019 a Companhia obteve êxito em relação a Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400 que teve como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS nas parcelas a vencer. A partir de dezembro de 2019, com base no artigo 27, Parágrafo Único da IN 1911/2019, a Companhia passou a excluir o valor do ICMS recolhido da base de cálculo da contribuição do PIS e COFINS, que gerou o aumento do crédito.		

Tributos a Recuperar Judicialmente

b) Em 28/01/2019 a Companhia obteve êxito em relação a Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400 que teve como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS nas parcelas a vencer. A partir de dezembro de 2019, com base no artigo 27, Parágrafo Único da IN 1911/2019, a Companhia passou a excluir o valor do ICMS recolhido da base de cálculo da contribuição do PIS e COFINS, que gerou o aumento do crédito.

CONTINUAÇÃO

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado

Os valores reconhecidos no Imobilizado - edificações, referem-se ao direito de uso de arrendamento correspondente aos contratos de alugueis da Sede Administrativa e da Sede Operacional da Companhia, situadas no município de Salvador, em conformidade com o CPC 06 (R2).

A Companhia mensurou a valor presente dos pagamentos remanescentes dos referidos contratos, descontados a partir da taxa incremental de empréstimo.

Os valores dos ativos são constituídos com base nos respectivos contratos, líquido do crédito de PIS e COFINS, e depreciados anualmente considerando suas vigências, totalizando R\$ 4.048 em 2025 (R\$ 3.975 no exercício de 2024), devidamente apropriadas ao resultado do exercício.

IMOBILIZADO DEPRECIÁVEL	TEMPO ESTIMADO DE BENEFÍCIOS ECONÔMICOS EM ANOS	31/12/2025				31/12/2024				
		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		
Edificações	Vigência do Contrato	27.785	151	-	-	27.614	360	-	-	27.254
Imobilizado Depreciável		27.785	151	-	-	27.614	360	-	-	27.254

DEPRECIÇÃO	TAXA AMORTIZAÇÃO	31/12/2025				31/12/2024				
		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		
Edificações	Proporcional Vigência do Contrato	(25.502)	(4.048)	-	-	(21.454)	(3.975)	-	-	(17.479)
Depreciação		(25.502)	(4.048)	-	-	(21.454)	(3.975)	-	-	(17.479)
Total do Imobilizado		2.263	(3.897)	-	-	6.160	(3.615)	-	-	9.775

Intangível

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil para os ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizando R\$ 52.077 em 2025 (R\$ 52.785 no exercício de 2024), devidamente apropriadas ao resultado do exercício, observado o tratamento do crédito de PIS e COFINS referente à amortização.

INTANGÍVEL AMORTIZÁVEL	ESTIMATIVA DE BENEFÍCIOS ECONÔMICOS EM ANOS	31/12/2025				31/12/2024				
		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		
Redes de Distribuição	10	1.045.094	140	(90)	212.940	832.104	16.418	(14)	42.719	773.521
Edificações	10	15.725	-	-	-	15.725	231	-	7.636	7.858
Instalações, Aparelhos e Máquinas	10	8.667	477	-	-	8.190	873	-	3	7.314
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	10	11.011	12	-	2.111	8.888	-	-	-	8.888
Móveis e Utensílios	10	3.771	188	-	-	3.583	156	(15)	-	3.442
Equipamentos de Informática	10	51.837	211	-	-	51.626	4.170	-	-	47.456
Veículos	10	1.211	-	-	-	1.211	-	-	-	1.211
Softwares	10	46.564	8.339	-	-	38.225	9.888	-	-	28.337
Marcas e patentes	10	201	-	-	-	201	-	-	-	201
Direitos de uso e Concessões	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	10	1.031	-	-	-	1.031	-	-	-	1.031
Intangível Amortizável		1.185.112	9.367	(90)	215.051	960.784	31.736	(29)	49.818	879.259

AMORTIZAÇÃO	TAXA AMORTIZAÇÃO	31/12/2025				31/12/2024				
		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		ADICÕES	BAIXAS	TRANSF.		
Redes de Distribuição	10%	(668.203)	(43.176)	-	-	(625.027)	(44.257)	-	-	(580.770)
Edificações	10%	(8.808)	(1.009)	-	-	(7.799)	(865)	-	-	(6.934)
Instalações, Aparelhos e Máquinas	10%	(5.642)	(598)	-	-	(5.044)	(599)	-	-	(4.445)
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	10%	(7.556)	(739)	-	-	(6.817)	(570)	-	-	(6.247)
Móveis e Utensílios	10									

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

BAHAGÁS – Companhia de Gás da Bahia – CNPJ: 34.432.153/0001-20

© @bahiasoficial

www.bahiasgas.com.br



Fiscais

Existem diversos processos de natureza fiscal, no montante de R\$ 2.635, classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída, destacando-se:

a) Processo administrativo – Receita Federal do Brasil

Em 2015, a Companhia foi notificada a pagar o valor de R\$ 1.809, por conta dos processos administrativos nº 10580.004561/2002-07, consolidado no processo nº 10580.724071/2014-20, cujos autos foram conclusos pela Receita Federal do Brasil – RFB, referente indeferimento de processo de compensação tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica Exercícios 2001 e 2002.

A Companhia não concordando com a decisão na esfera administrativa, contestou judicialmente tal notificação, efetuando o correspondente depósito judicial, assegurando através de decisão cautelar, a emissão de Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito.

A sentença publicada no dia 11 de outubro de 2017, o processo judicial foi julgado de modo favorável à Companhia, que teve o seu pedido reconhecido como procedente, isto para extinguir o débito no valor de R\$ 1.809, condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa e possibilitar o levantamento do montante depositado como garantia do juízo assim que fosse certificado o trânsito em julgado da decisão.

A União interps recurso de Apelação em face da decisão, em face do qual a Companhia apresentou Contrarrazões. A remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região foi ordenada no dia 19 de fevereiro de 2018.

Em 23 de março de 2018, os autos foram recebidos no gabinete do Desembargador Relator. Os autos já estão conclusos para elaboração de voto e acórdão.

O processo foi migrado para o sistema PJE em 24 de janeiro de 2020, e segue concluso para elaboração de voto e acórdão.

Cíveis

Existem diversos processos de natureza civil, no montante de R\$ 54.825, classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída, destacando-se:

a) ABRACE

Ação Coletiva n. 0077211-85.2009.8.05.0001

Autora: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA E DE CONSUMIDORES LIVRES

Rés: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS e AGERBA - AGENCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO DA BAHIA

Objeto da ação: Trata-se de Ação Coletiva, com pedido de antecipação da tutela, promovida pela ABRACE contra a AGERBA e a BAHAGÁS, na qual a Autora objetiva extirpar as revisões tarifárias praticadas pela BAHAGÁS na cobrança dos serviços de fornecimento de gás natural canalizado às empresas integrantes da ABRACE nos anos de 2007 e 2008, e a condenação da Ré a devolução dos valores cobrados decorrentes da aplicação dos critérios supostamente legais de revisão.

Valor histórico: R\$ 72.201 (após acolhimento de Impugnação ao Valor da Causa apresentada pela BAHAGÁS)

SITUAÇÃO ATUAL: Não concedida a antecipação de tutela requerida pela ABRACE. Interposto Agravo de Instrumento pela ABRACE em face da decisão que negou a antecipação de tutela. Proferida decisão no Agravo de Instrumento conhecendo do recurso, mas negando provimento. Protocolizada petição pela ABRACE em que requer a produção de provas pericial técnica-econômica, documental e oral. Proferida decisão de Saneamento e de Organização do Processo deferindo a intervenção do ESTADO DA BAHIA como assistente litisconsorcial e a nomeação de perito para realização de perícia.

POSSIBILIDADE DE PERDA: Possível (até o momento, não há decisão de mérito, favorável ou desfavorável à Companhia)

b) Cetro Engenharia Ltda.

Ação Ordinária n. 0548625-05.2014.8.05.0001

Autora: CETRO ENGENHARIA LTDA.

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS

Objeto da ação: A demandante busca indenização por dano material, moral e outros, em razão da suposta ocorrência de prejuízos causados pela BAHAGÁS na execução de três contratos administrativos e de valores não pagos ou pagos a menor.

Valor histórico: R\$ 20.000

SITUAÇÃO ATUAL: Perícia realizada. Apresentado laudo pericial elaborado pelo perito judicial amplamente favorável à BAHAGÁS. Apresentada manifestação sobre laudo pericial pela BAHAGÁS e pela CETRO. Apresentada petição pela BAHAGÁS apresentando novos questionamentos ao perito.

POSSIBILIDADE DE PERDA: Possível (até o momento, não há decisão de mérito, favorável ou desfavorável à Companhia)

CONTINUAÇÃO

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

c) Reserva de Incentivos Fiscais

Incentivo Fiscal SUDENE 75% do IRPJ para o período de 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024:

O incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, conforme mencionado na Nota nº 3, letra k, foi de R\$ 17.657 em 2025 (R\$ 31.702 em 2024), relativo ao Laudo Constitutivo 0174/2019 e 0356/2022.

Incentivo Fiscal SUDENE por Reinvestimento IRPJ exercícios 2025 e 2024:

Em 2025, considerando a redução do valor a pagar do IRPJ do exercício, a Companhia não precisou usufruir do incentivo fiscal SUDENE para Reinvestimentos (R\$ 1.903 mil em 2024).

Total do Incentivo Fiscal SUDENE para o período de dezembro de 2025 e dezembro de 2024:

Em 2025 a Companhia obteve o total de R\$ 17.657 (R\$ 33.604 em 2024) referentes aos incentivos fiscais Sudene de Redução sobre 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, relativo aos Laudos Constitutivos 0174/2019 e 0356/2022.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, foram creditados juros sobre o capital próprio de R\$ 84.403 em 2025 (R\$ 49.755 em 2024), que na forma da legislação societária foram imputados aos dividendos, sendo registrados no patrimônio líquido.

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	182.341	197.681
BASE RESERVA LEGAL	182.341	197.681
Reserva Legal (5%)	(9.117)	(9.884)
Reserva Incentivo Fiscal Sudene	(17.657)	(33.604)
BASE DE CÁLCULO DIVIDENDOS	155.567	154.193
Juros s/ Capital Próprio Imputados aos Dividendos	84.403	49.755
Imposto de renda na fonte	(5.254)	(3.097)
Juros s/ Capital Próprio Líquido de Imposto de Renda	79.149	46.658
Dividendos Adicionais Propostos	71.164	104.438
TOTAL DE DIVIDENDOS/JSCP A PAGAR	150.313	151.096

A parcela de juros sobre o capital próprio de R\$ 84.403 em 2025 tem incidência de retenção de imposto de renda na fonte de 15% R\$ 5.254, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

19. ATIVO E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os ativos e passivos regulatórios têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no Resultado da Companhia em função da diferença entre o custo de gás efetivamente observado pela Companhia, e os contemplados na tarifa, com base nas resoluções emitidas pela AGERBA.

Em dezembro de 2025, a Companhia registrou o saldo negativo de ativo regulatório no montante de R\$ 4.431 em contrapartida a dedução de receita, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
ATIVOS		
Saldo início do exercício	1.930	-
Ressarcimento a Concessionária	(1.930)	1.930
Saldo final do exercício	-	1.930
PASSIVOS	2025	2024
Saldo início do exercício	-	(7.457)
Ressarcimento ao Usuário	(4.431)	7.457
Saldo final do exercício	(4.431)	-
Resultado de Ativos e Passivos Regulatórios	(6.361)	9.387

20. RECEITA LÍQUIDA

a) Receita Líquida de Gás

	2025	2024
Receita Bruta (a1)	3.675.676	3.848.911
Vendas canceladas	(25.769)	(817)
ICMS	(378.129)	(408.470)
PIS	(51.073)	(55.259)
COFINS	(235.245)	(254.513)
ISS	(1.585)	(1.467)
Total da receita líquida	2.983.875	3.128.385

a1) A receita operacional bruta de vendas no exercício de 2025 alcançou R\$ 3.675.676, representando uma redução de 4,5% em relação às vendas do exercício de 2024 (R\$ 3.848.911), devido à redução do volume distribuído para o Mercado Cativo (-6,1%) e movimentado para o Mercado Livre (-0,5%), quando comparado com o ano de 2024.

A redução observada no volume distribuído para o Mercado Cativo é decorrente, principalmente, dos desempenhos inferiores no Segmento Industrial e Segmento Automotivo – Subsegmento GNV. A retração do volume no Mercado Livre ocorreu devido à menor movimentação no Segmento Termelétrico, em função do consumo não contínuo ao longo do ano, característico desse segmento.

A receita de venda por segmento nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

2025	RECEITA BRUTA	VENDAS CANCELADAS	ISS	ICMS	PIS	COFINS	RECEITA LÍQUIDA
Venda Gás Industrial	2.950.777	8.781	-	288.938	40.860	188.196	2.424.002
Venda Gás Matéria-Prima	256.158	2.748	-	30.373	3.675	16.928	202.434
Venda Gás Cogeração Comercial	13.189	-	-	1.583	192	883	10.531
Venda Gás Térmica	-	-	-	-	-	-	-
Venda Gás Automotivo	327.053	14.233	-	45.674	4.417	20.347	242.382
Venda Gás GNV	5.079	7	-	829	70	323	3.850
Venda Gás Comercial	31.099	-	-	3.731	451	2.079	24.538
Venda Gás Residencial	56.133	-	-	6.743	816	3.758	44.816
Venda Gás Comercialização	2.154	-	-	258	31	144	1.721
Movimentação Gás Refinaria	27.915	-	1.396	-	461	2.122	23.936
Movimentação Gás Fertilizantes	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Gás Termoelétrico	3.241	-	103	-	53	246	2.839
Movimentação Gás Industrial	2.878	-	86	-	47	219	2.526
Total	3.675.676	25.769	1.585	378.129	51.073	235.245	2.983.875

2024	SEGMENTO	RECEITA BRUTA	VENDAS CANCELADAS	ISS	ICMS	PIS	COFINS	RECEITA LÍQUIDA
Venda Gás Industrial	3.127.558	-	-	315.161	44.869	206.668	2.560.860	
Venda Gás Matéria-Prima	259.494	-	-	31.192	3.774	17.384	207.144	
Venda Gás Cogeração Comercial	20.737	-	-	2.500	303	1.393	16.541	
Venda Gás Térmica	-	-	-	-	-	-	-	
Venda Gás Automotivo	328.878	64	-	49.877	4.636	21.341	252.960	
Venda Gás GNC	7.081	732	-	726	88	405	5.130	
Venda Gás Comercial	27.008	21	-	3.251	393	1.812	21.531	
Venda Gás Residencial	47.921	-	-	5.763	697	3.212	38.249	
Venda Gás Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentação Gás Refinaria	22.588	-	1.129	-	373	1.717	19.369	
Movimentação Gás Fertilizantes	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentação Gás Termoelétrico	7.646	-	338	-	126	581	6.601	
Total	3.848.911	817	1.467	408.470	55.259	254.513	3.128.385	

b) Receita e Custo de Construção

	2025	2024
Receita de Construção	191.866	187.017
Custo de Construção	(191.866)	(187.017)
Total	-	-

c) Sidney Amaral Cardoso.

Cumprimento Provisório de Sentença n. 0327551-97.2019.8.05.0001

Autor: Sidney Amaral Cardoso

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS

Objeto da ação: Cumprimento Provisório da Sentença proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0578190-09.2017.8.05.0001, no que se refere a honorários de sucumbência.

Valor histórico: R\$ 15.362

SITUAÇÃO ATUAL: Suspensa necessidade de depósito judicial, em razão da atribuição de efeito suspensivo aos Agravos Internos interpostos pela BAHAGÁS e pelo ESTADO DA BAHIA.

Os Agravos Internos interpostos pela BAHAGÁS e pelo ESTADO DA BAHIA ainda não foram julgados.

POSSIBILIDADE DE PERDA: A expectativa de perda é considerada "possível" porque foi interposto Agravo Interno pela Bahiagas, com possibilidade de reversão da decisão que inadmitiu o Recurso de Apelação, não tendo sido ainda encerrada a prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça.

16.2. Contingências ativas

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em decisão publicada em outubro/2017, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. Esta decisão, a princípio, não é passível de ser alterada. No entanto, a União opôs embargos de declaração no mesmo mês, buscando, além da alteração do conteúdo decisório, modular os efeitos da decisão e definir qual o ICMS a ser retratado da base de cálculo do PIS e da COFINS - se o destacado na nota ou o a recolher. Em 14 de maio de 2021, foi publicado o extrato da ata do julgamento do STF sobre os embargos de declaração opostos pela União restou claro que o critério a ser utilizado para fins de apuração do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é a destacado na nota fiscal.

Se antecipando à possibilidade de procedência da demanda acima indicada, a BAHAGÁS, representada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO (ABEGAS) colaborou para o ajustamento de ação ordinária pela União, em 25 de outubro de 2016, onde se requereu que fossem julgados integralmente procedentes os pedidos ora formulados, de forma que seja reconhecido o direito dos associados da Autora na obtenção da repetição do indébito do PIS e da COFINS recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, ante a incidência indevida do ICMS em suas bases de cálculos, condenando-se, via de consequência, a Ré à restituição dos valores correspondentes, devidamente corrigidos e atualizados, e/ou a acatarem a compensação dos mesmos nos recolhimentos futuros das associadas da Autora, a título de PIS e COFINS". Em sentença prolatada em 11 de novembro de 2020, a ação foi julgada procedente para reconhecer o direito dos associados da ABEGAS à repetição de indébito, mediante compensação ou restituição por precatório, relativo às diferenças pagas a maior concernentes aos tributos mencionados. Foi interposto recurso de Apelação, buscando a reforma da sentença referente a prescrição, para fins de compensação e repetição de indébito, tendo em vista que, na sentença, o juízo a quo considerou como marco inicial a propositura da ação de repetição de indébito. Foi solicitado o deferimento quanto a compensação cruzada. Atualmente os autos estão conclusos para decisão.

Considerando que a decisão da ação ordinária ainda não havia transitado em julgado, a Companhia contratou, em maio de 2022, consultoria especializada para validar o indébito tributário gerado pela exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS entre o período de novembro de 2011 a setembro de 2021.

No início de 2023, a Companhia contratou o escritório Carvalho, Oliveira e Reis Advogados Associados, com o intuito de acompanhar de forma direta as ações judiciais (uma vez que foram apresentadas por associação em favor da Companhia), e, principalmente, iniciar os atos de execução das ações, os quais já se iniciaram na ação ordinária declaratória.

O valor total do crédito fiscal atualizado em 2025 é de R\$ 305.751 (R\$ 283.137 em 2024)

Em janeiro e julho de 2024, o escritório contratado ajuizou ações de cumprimento de sentença para recebimento dos valores apurados, observando-se a ordem cronológica dos precatórios.

A União foi citada nas ações de cumprimento de sentença, manifestando-se em um dos processos e apresentando Embargos à Execução em outro. Na ação com Embargos à Execução a BAHAGÁS apresentou contestação, encontrando-se concluso para decisão.

No processo em que houve apresentação de manifestação, ocorreu uma redistribuição automática do processo. O juízo para o qual o processo foi redistribuído declarou a sua incompetência, tendo o processo retornado ao juízo de origem e encontra-se concluso para despacho.

17. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS

Nos contratos de venda de gás natural, firmados entre a Companhia e usuários industriais, estão estabelecidas cláusulas referentes aos débitos gerados por desvios de programação, somente para clientes de Grande Porte, em relação a Quantidade Diária Programada (ODP) para demanda maior que 105% ou menor que 90% da QDP, e por compromissos de retirada mínima de gás natural ("Take or Pay") este para os de Médio e Grande Porte.

Contratualmente, são previstas apurações mensais de Take or Pay, com base na Quantidade Diária Contratada (ODC), para clientes de Grande Porte sendo 80% da QDC, e anual para clientes de Médio e Grande Porte, sendo 80% e 90% da QDC, respectivamente, tendo sido efetuados pagamentos em 2025 por alguns dos usuários. Os volumes pagos poderão ser recuperados no prazo e condições previstas nos respectivos contratos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 640.188, e está representado por 27.268.587 ações, sendo 9.089.531 ações ordinárias e 18.179.056 ações preferenciais, todas em classe única, sem valor nominal.

As ações preferenciais são nominativas, sem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendos obrigatórios e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos.

O capital autorizado da Companhia é de 900.000.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição acionária da Companhia segue disposta em lotes de mil ações

	ORDINÁRIAS		CLASSE DAS AÇÕES		PREFERENCIAIS		TOTAL					
	QUANTIDADE				QUANTIDADE							
	2025	%	2024	%	2025	%	2024	%				
Estado da Bahia	6.862	75,5	6.523	75,5	9.089	50,0	8.639	50,0	15.952	58,5	15.162	58,5
Mitsui Gás	2.227	24,5	2.117	24,5	9.089	50,0	8.639	50,0	11.316	41,5	10.756	41,5
Total	9.089	100	8.639	100	18.179	100	17.279	100	27.268	100	25.918	100

A construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido, sem acréscimo, isto é, sem margem na atividade de construção.

21. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas por Natureza

	2025	2024
Compra de Gás	(2.497.543)	(2.634.648)
Pessoal	(112.942)	(103.012)
Amortização	(55.023)	(56.237)
Despesas de Serviços contratados	(73.732)	(50.190)
Despesas de Aluguéis	(4.653)	(4.246)
Direitos de passagens da rede	(7.627)	(10.358)
Despesas institucionais e promocionais	(21.503)	(17.969)
Despesas de Conversão de Clientes	(4.895)	(3.328)
Despesas tributárias	(39.217)	(41.283)
Outras Despesas Operacionais	(18.544)	(19.888)
	(2.835.679)	(2.940.959)

Classificadas como:

	2025	2024
Custo dos Produtos Vendidos	(2.627.808)	(2.756.193)
Despesas Comerciais	(23.948)	(20.732)
Despesas Gerais e Administrativas	(183.923)	(164.034)
	(2.835.679)	(2.940.959)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
Outras Receitas Operacionais (a)	46.149	56.609
Outras Despesas Operacionais (b)	(16.029)	(75.019)
Total	30.120	(18.410)

a) As Outras Receitas Operacionais são compostas, substancialmente, por receitas operacionais de natureza contratual firmados com grandes clientes, bem como por outras receitas operacionais correlatas às atividades da Companhia.

b) As Outras Despesas Operacionais compreendem, principalmente, despesas com provisão para contingências, despesas com indenizações e gastos operacionais de natureza contratual junto a fornecedores.

23. RECEITAS/(DESPESAS) FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

BAHIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia - CNPJ: 34.432.153/0001-20



@bahiagasoficial

www.bahiagas.com.br

29. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros para os bens do ativo intangível, e outros seguros contratados nas seguintes modalidades e valores:

TIPO DE SEGURO	BENS SEGURADOS/OBJETO DO SEGURO	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	10.000	10.000
Riscos Nomeados / Incêndio / Raio / Explosão	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	21.000	24.400
Compreensivo Empresarial Tumulto / Greve / Saques / Atos dolosos / Danos elétricos	Geral	27.171	25.803
Riscos Nomeados (Nova Sede)	Maquinismos / Móveis / Utensílios e Mercadorias com cobertura contra - Incêndio / Queda de raio / Explosão / Implusão e Danos elétricos.	61.723	58.887
Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas Indevidas	Custos de defesa e custos de compensação associados aos danos morais em reclamação iniciada por colaborador contra o segurado.	5.000	5.000
Veículo	Mercedes-Benz – Atego 1418 - Placa – NZB 0866	392	394
Veículo	Caminhão–24.280 E Constel. 6x2 (EURO 5) 2p Dle - 2022/2023 Placa RPO3F17	1.707	1.684
Seguro Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	Cobertura para Pagamento e/ou reembolso, a título de Indenização securitária.	10.000	10.000
Drone	Cobertura de Passageiros, Tripulantes e bagagens de Mão / Danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros não transportados / Abaloamento.	779	736

Os seguros contratados foram considerados suficientes pela Administração.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os Administradores da Companhia analisaram os eventos subsequentes até 19 de fevereiro de 2026, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações financeiras, e declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira que possam provocar efeitos sobre seus resultados.

LENE MATOS DE OLIVEIRA
Contadora | CRC/BA 21.132

LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA
Diretor Presidente

VITOR HILL DE O. ALVES PESSOA
Diretor Administrativo e Financeiro

LARISSA K. S. GONSALVES OLIVEIRA
Diretora Técnica e Comercial

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2025

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e em conformidade com o disposto no Art. 163 da Lei nº 6.404/1976, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela BAZZANEZE Auditores Independentes S/S, datado de 19 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pelos membros da Administração e no parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, opinando favoravelmente à sua aprovação, bem como à proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício de 2025, a serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Salvador, 20 de março de 2026.

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO
ALYNE VALENTIM MUNIZ
JONIVAL LUCAS DA SILVA JÚNIOR
MARIO THIAGO ALVES ROMERO
ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CONTINUAÇÃO

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por nós, sendo emitido relatório datado de 11 de março de 2025, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

- proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 19 de fevereiro de 2026.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

DIRETORIA

VITOR HILL DE O. ALVES PESSOA
Diretor Administrativo e Financeiro

LUIZ R. B. GAVAZZA
Diretor Presidente

LARISSA K. S. GONSALVES OLIVEIRA
Diretora Técnica e Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
CARLOS PALMA DE MELLO
LUCAS ARAUJO DOS REIS
LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA

RAFAEL ANTÔNIO BETTINI GOMES
ANDERSON SILVA DE LIMA
VITOR CALAZANS BARONI

CONTADORA

LENE MATOS DE OLIVEIRA
CRC/BA 21.132